



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 44/XII/ 1.ª SL

Aos 18 dias do mês de Janeiro de 2012, pelas 10:15 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2. Distribuição de iniciativas europeias;**
- 3. Apreciação e votação de pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
 - **Proposta de Lei n.º 39/XII/1.ª (GOV) - "Procede à sexta alteração ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de Março, simplificando formalidades e procedimentos e instituindo o processo especial de revitalização" - Relator - Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS);**
 - **Projeto de Lei n.º 126/XII/1.ª (BE) - "Eliminação da impossibilidade legal de adopção por casais do mesmo sexo primeira alteração à Lei n.º 9/2010, de 31 de Maio, segunda alteração à Lei n.º 7/2001, de 11 de Maio, e primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 121/2010, de 27 de Outubro";**
Projeto de Lei n.º 127/XII/1.ª (BE) - "Altera o Código do Registo Civil, tendo em conta a Procriação Medicamente Assistida, a adopção e o apadrinhamento civil por casais do mesmo sexo";
Projeto de Lei n.º 131/XII/1.ª (PS) - "Procede à segunda alteração à Lei nº 32/2006, de 26 de Julho, alterada pela Lei nº 59/2007, de 4 de Setembro, consagrando exceções à proibição de recurso à maternidade de substituição";
Projeto de Lei n.º 137/XII/1.ª (PS) - "Segunda Alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de Junho, alargando o âmbito dos beneficiários das técnicas de Procriação Medicamente Assistida e admitindo o recurso à maternidade de substituição" - Relator - Deputado Pedro Delgado Alves (PS);
- 4. Apreciação e votação do parecer sobre as Propostas de Resolução n.ºs 12/XII/1.ª (GOV) - "Aprova, para adesão, a Convenção relativa ao Estatuto dos Apátridas, adoptada em Nova Iorque, a 28 de Setembro de 1954" e 13/XII/1.ª (GOV) - "Aprova, para Adesão, a Convenção para a Redução dos casos de Apatridia, adoptada em Nova Iorque, a 30 de Agosto de 1961" - Relator - Deputado Pedro Delgado Alves (PS);**

Nota: aprovado a 01-02-2012



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 44/XII/ 1.ª SL

5. **Apreciação e votação do parecer sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2012 - Relator - Deputado João Lobo (PSD);**
6. **Apreciação e votação de pareceres sobre iniciativas europeias, designadamente sobre:**
 - **COM (2011) 255 - Relatório de Avaliação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Relatório de avaliação intercalar do programa Justiça Penal;**
COM (2011) 318 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a avaliação intercalar do Programa Quadro «Segurança e Protecção das Liberdades» (2007-2013) - Relator - Deputado Jorge Lacão (PS);
 - **COM (2011) 573 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões rumo a uma política da UE em matéria penal: assegurar o recurso ao direito penal para uma aplicação efectiva das políticas da UE - Relator - Deputado Luís Pita Ameixa (PS);**
 - **COM (2011) 759 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria, para o período de 2014 a 2020, o Programa Justiça [SEC (2011) 1364 e SEC (2011) 1365] - Relator - Deputado João Lobo (PSD);**
 - **COM (2011) 346 - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho relativo ao desenvolvimento do Sistema de Informação sobre Vistos (vis) em 2010 (apresentado em conformidade com o artigo 6.º da Decisão 2004/512/CE do Conselho) - Relator - Deputado João Oliveira (PCP);**
7. **Apreciação e votação de relatórios finais de petições, designadamente:**
 - **Petição n.º 160/XI/2.ª (José Miguel Silva Araújo e outros) - Solicitam que a Assembleia da República altere a lei que aprovou o regime jurídico do exercício da actividade de segurança privada no sentido de facilitar ao pessoal de vigilância o acesso a meios de defesa - Relator - Deputado Jorge Lacão (PS);**
 - **Petição n.º 59/XII/1.ª (Luís Miguel de Matos Ribeiro) - Solicita o apoio da Assembleia da República para que o dia 23 de Agosto seja considerado o "Dia Europeu da Memória das Vítimas do Estalinismo e do Nazismo" - Relatora: Deputada Francisca Almeida (PSD);**
8. **Fixação de redações finais de textos legislativos aprovados;**
9. **Outros assuntos.**



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 44/XII/ 1.ª SL

Presidiu à reunião o Senhor Presidente da Comissão, Deputado Fernando Negrão (PSD).

No primeiro ponto da ordem de trabalhos, foi distribuída a seguinte iniciativa legislativa:

134/XII/1.ª (BE)	Amnistia para infrações disciplinares cometidas com a intenção de consagrar o associativismo representativo nas Forças Armadas	Entrada em 09-01-2012	Admissão e baixa às Comissões em 10-01-2012 (Baixou à 1.ª e à 3.ª Comissões, sendo competente a 3.ª Comissão)	Relatora nomeada: Deputada Andreia Neto (PSD) Reunião da CACDLG de 18-01-2012
-------------------------	--	-----------------------	--	--

Em seguida, foi colocada à apreciação da Comissão a possibilidade de escrutínio das seguintes iniciativas europeias, também distribuídas à Comissão de Economia e Obras Públicas, de que foi deliberado tomar conhecimento mas não escrutinar, por se considerar ser unicamente competente aquela Comissão:

Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa aos contratos públicos [COM(2011)896]. Esta iniciativa tem ainda associados: a Avaliação de Impacto [SEC(2011)1585] e o Resumo da Avaliação de Impacto [SEC(2011)1586].

Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à adjudicação de contratos de concessão [COM(2011)897]. Esta iniciativa tem ainda associados: a Avaliação de Impacto [SEC(2011)1588] e o Resumo da Avaliação de Impacto [SEC(2011)1589].

No terceiro ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) apresentou os seus pareceres sobre os [Projetos de Lei n.ºs 126/XII/1.ª \(BE\)](#) - "Eliminação da impossibilidade legal de adopção por casais do mesmo sexo primeira alteração à Lei n.º 9/2010, de 31 de Maio, segunda alteração à Lei n.º 7/2001, de 11 de Maio, e primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 121/2010, de 27 de Outubro"; [127/XII/1.ª \(BE\)](#) - "Altera o Código do Registo Civil, tendo em conta a Procriação Medicamente Assistida, a adopção e o apadrinhamento civil por casais do mesmo sexo"; [131/XII/1.ª \(PS\)](#) - "Procede à segunda alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de Julho, alterada pela Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro, consagrando exceções à proibição de recurso à maternidade de substituição"; [137/XII/1.ª \(PS\)](#) - "Segunda alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de Junho, alargando o âmbito dos beneficiários



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 44/XII/ 1.ª SL

das técnicas de Procriação Medicamente Assistida e admitindo o recurso à maternidade de substituição" e [138/XII/1.ª \(PSD\)](#) "Altera a Lei n.º 32/2006, de 26 de julho, que regula a utilização de técnicas de procriação medicamente assistida". Após uma breve apresentação dos pareceres pelo Relator, as partes I e III de cada parecer foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV. No debate que se seguiu à apresentação dos pareceres, intervieram os Senhores Deputados Cecília Honório (BE), Teresa Anjinho (CDS/PP) e Hugo Velosa (PSD), que felicitaram o relator pela qualidade e rigor do parecer, independentemente da opinião sobre a matéria de que as iniciativas eram objeto, exigindo de todos os Deputados um estudo aperfeiçoado.

Em seguida, teve lugar a apreciação do parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 39/XII/1.ª \(GOV\)](#) - "Procede à sexta alteração ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de Março, simplificando formalidades e procedimentos e instituindo o processo especial de revitalização", tendo o respectivo Relator, Senhor Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS), feito uma sua apresentação, tendo destacado o que considerou serem algumas das fragilidades da Proposta de Lei, designadamente quanto à salvaguarda dos trabalhadores de empresas insolventes e à graduação dos respectivos privilégios creditórios. Intervieram no debate subsequente os Senhores Deputados Carlos Peixoto (PSD) e Cecília Honório (BE), que se pronunciaram sobre a filosofia subjacente à iniciativa e a exequibilidade do novo modelo proposto para a regulação da insolvência e recuperação de empresas, bem como sobre as fragilidades apontadas. O Relator replicou a algumas das considerações feitas e apelou a que, na fase de discussão e votação na especialidade, a iniciativa, que considerou meritória, pudesse ser melhorada com os contributos de todos os Grupos Parlamentares, designadamente para correção do que considerou ser a perspetiva unilateral de que estava imbuída. Submetidas a votação, as partes I e III do parecer foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.

No quarto ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à apreciação e votação do parecer sobre as [Propostas de Resolução n.ºs 12/XII/1.ª \(GOV\)](#) - "Aprova, para adesão, a Convenção relativa ao Estatuto dos Apátridas, adoptada em Nova Iorque, a 28 de Setembro de 1954" e [13/XII/1.ª \(GOV\)](#) - "Aprova, para adesão, a Convenção para a Redução dos casos de Apatridia, adoptada em Nova Iorque, a 30 de Agosto de 1961", que foi apresentado pelo respectivo Relator, Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS). As partes I e III do parecer foram aprovadas por unanimidade, tendo a Comissão deliberado alertar a 2.ª Comissão (competente para a apreciação das Propostas) para o disposto no último parágrafo da parte II do Parecer,

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 44/XII/ 1.ª SL

designadamente para a necessidade de promoção da recolha, junto do Governo, dos contributos complementares ali referidos, relativos a dados sobre apatridia relevantes para uma eventual alteração da Lei da Nacionalidade.

Em seguida, o Senhor Deputado João Lobo (PSD) apresentou o seu parecer sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2012, que foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, tendo sido deliberado acolher as sugestões do Relator de iniciativas ou pacote legislativo a propor à Comissão de Assuntos Europeus como relevantes para submeter a um escrutínio reforçado ao longo de 2012:

Designação	Tipo de iniciativa	Descrição do âmbito dos objectivos	Escrutínio reforçado pela AR
Nova geração de controlos fronteiriços (1) Sistema de entrada/saída* (SES)	Legislativa	Definir o objectivo, as funcionalidades e as responsabilidades do sistema de entrada/saída e ainda fixar as condições e procedimentos para o registo, armazenamento e consulta de dados de entrada/saída de nacionais de países terceiros que atravessam as fronteiras externas da UE. (2.º trimestre de 2012)	X
(2) Programa de viajantes registados* (PVR)	Legislativa	Definir o objectivo, as funcionalidades e as responsabilidades do programa de viajantes registados e de um sistema de viajantes registados, a fim de atribuir à Comissão e à Agência para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala a missão de criar e manter o programa e o sistema de viajantes registados e estabelecer os procedimentos e as condições para examinar um pedido ao abrigo do PVR e o intercâmbio de informações sobre os viajantes registados entre os Estados-Membros. (2.º trimestre de 2012)	X
(3) Alteração ao Código das Fronteiras Schengen*	Legislativa	Alterar o Código das Fronteiras Schengen tendo em vista o seu alinhamento com o Regulamento relativo ao programa de viajantes registados e o Regulamento relativo ao sistema de entrada/saída. (2.º trimestre de 2012)	X
Criação do Serviço Europeu de Polícia – EUROPOL	Legislativa	O artigo 88.º do TFUE prevê uma nova base jurídica para a Europol.	
Terceira directiva relativa ao branqueamento de capitais	Legislativa	Está a decorrer a revisão das normas internacionais, cuja conclusão está prevista para Fevereiro de 2012. A Comissão iniciou	X

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 44/XII/ 1.ª SL

		igualmente os seus próprios trabalhos de revisão, prevendo-se a elaboração de um relatório no início de 2012. Será necessário aplicar rapidamente as normas internacionais uma vez adoptadas pela legislação europeia.	
Garantias especiais nos processos penais para suspeitos ou arguidos vulneráveis	Legislativa	Esta iniciativa visa garantir que seja atribuída, nos processos penais em toda a UE, uma atenção especial aos suspeitos ou arguidos que não conseguem compreender ou acompanhar o teor ou o significado do processo devido, por exemplo, à sua idade ou ao seu estado mental ou físico.	X

No sexto ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à apreciação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas europeias, todos aprovados por unanimidade, na ausência do PEV:

- COM (2011) 255 - *Relatório de Avaliação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Relatório de avaliação intercalar do programa Justiça Penal e*
- COM (2011) 318 - *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a avaliação intercalar do Programa Quadro «Segurança e Protecção das Liberdades» (2007-2013)*, tendo o respectivo Relator, Senhor Deputado Jorge Lação (PS), feito uma sua breve apresentação, após o que, a sua sugestão, foi deliberado enviar respectivamente aos Ministérios da Justiça e da Administração Interna os pareceres, no sentido de se obter informação sobre os projectos que, em Portugal, nas áreas em apreço, têm vindo a ser subsidiados por estes Programas, para uma posterior avaliação do impacto nacional destas medidas;
- COM (2011) 573 - *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões rumo a uma política da UE em matéria penal: assegurar o recurso ao direito penal para uma aplicação efectiva das políticas da UE*, que foi apresentado pelo respectivo Relator, Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS);
- COM (2011) 759 - *Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria, para o período de 2014 a 2020, o Programa Justiça [SEC (2011) 1364 e SEC (2011) 1365]*, que foi apresentado pelo respectivo Relator, Senhor Deputado João Lobo (PSD);

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 44/XII/ 1.ª SL

- COM (2011) 346 - *Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho relativo ao desenvolvimento do Sistema de Informação sobre Vistos (vis) em 2010 (apresentado em conformidade com o artigo 6.º da Decisão 2004/512/CE do Conselho)*, que foi apresentado pelo respectivo Relator, Senhor Deputado João Oliveira (PCP).

Em seguida, foi apresentado o relatório final da [Petição n.º 160/XI/2.ª](#), da iniciativa de José Miguel Silva Araújo e outros, que *solicitam que a Assembleia da República altere a lei que aprovou o regime jurídico do exercício da actividade de segurança privada no sentido de facilitar ao pessoal de vigilância o acesso a meios de defesa*, tendo o respectivo Relator, Senhor Deputado Jorge Lacão (PS) feito uma breve apresentação do relatório, que foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

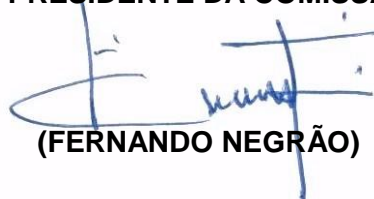
Foi ainda apresentado o relatório final da [Petição n.º 59/XII/1.ª](#), da iniciativa de Luís Miguel de Matos Ribeiro), que *solicita o apoio da Assembleia da República para que o dia 23 de Agosto seja considerado o "Dia Europeu da Memória das Vítimas do Estalinismo e do Nazismo"*, tendo a respectiva Relatora, Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD) feito uma breve apresentação do relatório, que foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Não havendo redações finais de textos legislativos a aprovar, o Senhor Presidente apresentou o plano de visitas a empreender pela Comissão, tendo destacado a visita ao Conselho Superior da Magistratura, a realizar no dia 7 de Fevereiro de 2012.

A reunião foi encerrada às 12:25 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de Janeiro de 2012

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(FERNANDO NEGRÃO)

Nota: aprovado a 01-02-2012



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 44/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Hugo Lopes Soares
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
Isabel Oneto
João Lobo
João Oliveira
Jorge Lacão
Luís Pita Ameixa
Maria Paula Cardoso
Paulo Simões Ribeiro
Ricardo Rodrigues
Sérgio Sousa Pinto
Teresa Anjinho
Teresa Leal Coelho
António Filipe
Pedro Delgado Alves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Manuel Meirinho Martins
Telmo Correia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira